

Luís Filipe F. R. Thomaz

A EXPANSÃO PORTUGUESA

Um prisma de muitas faces

Tradução do francês e do castelhano
por **João Carlos Barradas**,
revista pelo autor

gradiva

Índice

I

AS ORIGENS

Os antecedentes medievais	18
Os projectos do século XIV	31

II

OS INÍCIOS DA EXPANSÃO E O DESCOBRIMENTO DO ATLÂNTICO

A crise nacional, a nova dinastia e os começos da expansão....	41
Os anos cruciais (1415-1437)	51
O desastre e a regência	59
Depois de Alfarrobeira (1449)	73
O reino de D. João II, o <i>Príncipe Perfeito</i> (1481-1495)	86

III

A AVENTURA DAS ÍNDIAS

O advento do Rei Venturoso (1495)	97
O momento imperial português no oceano Índico.....	105
A «grande soltura» de Lopo Soares de Albergaria e a formação do «império-sombra».....	117
As vicissitudes do império da pimenta	129
A explosão missionária	144

O ressurgimento do imperialismo	160
Do império da pimenta ao império do açúcar	171

IV

O NOVO MUNDO

O filho bastardo do império	185
A mudança de paradigma e a economia açucareira	194
O corolário africano	211
Da «costa do pau-brasil» à «ilha do Brasil»	225
A idade de ouro	237
<i>Notas</i>	245

Índice dos mapas

Os mapas que ilustram a presente edição foram desenhados pelo autor para ilustrar a edição original do livro em castelhano.

Península Ibérica	21
África Ocidental	55
Golfo da Guiné e África Equatorial	68-69
Oceano Índico	102-103
Índia	114
Extremo Oriente	151
Brasil	195

A expansão portuguesa constituiu desde as suas origens um fenómeno histórico de grande diversidade e de muito maior heterogeneidade do que a espanhola. Esta, com efeito, concentrou-se na América, o que lhe conferiu certa unidade *de facto*, apesar das condições deveras diversas com que os espanhóis se confrontaram: quantas diferenças entre as Caraíbas tropicais, com populações organizadas em chefaturas, e os impérios azteca e inca, muito mais estruturados, conhecedores da metalurgia, e situados em planaltos onde era possível adaptar muitas culturas e formas de ocupação dos solos em uso na Península Ibérica!

A expansão portuguesa, por sua vez, teve lugar à escala de três oceanos e três continentes, onde as condições geográficas, sociais, económicas e políticas eram muito mais variadas, o que lhe conferiu desde o início uma imensa complexidade.

As crónicas da época, no entanto, não permitem divisar isso de modo claro por diversas razões. Em primeiro lugar, porque os cronistas, ainda impregnados dos valores guerreiros da nobreza medieval, se limitam, frequentemente, a consignar a expansão oficial — ou seja, a sua vertente imperial — e, nesse contexto, sobretudo os feitos de guerra. Negligenciam, assim, outras modalidades de expansão, como a diáspora espontânea de aventureiros e mercadores, que predominou em certas áreas geográficas. É, por exemplo, curioso assinalar que o primeiro cronista das Índias Orientais, Fernão Lopes de Castanheda, optou por intitular a sua

crónica *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (1551)¹, como se os portugueses tivessem alguma vez conquistado a Índia, que tem uma superfície de cerca de quatro milhões de quilómetros quadrados, de que os portugueses jamais ocuparam mais de 3000 km². Por outro lado, os cronistas evitam, em regra, mencionar as lutas na corte de diferentes partidos e as políticas muitas vezes contraditórias que preconizavam; e, mais relevante ainda, coíbem-se cuidadosamente de mencionar a sua frequente oposição à política adoptada pelo Rei, criando com tais omissões uma imagem de unidade de objectivos na realidade enganadora.

João de Barros é o exemplo mais típico dessa visão unitária ao iniciar as suas *Décadas da Ásia* (1552) não com a viagem de Vasco da Gama, como os outros cronistas, mas com a aparição de Maomé, a fundação do Islão, a expansão muçulmana e a conquista da Península Ibérica pelos mouros.² Para este humanista, que se esforçava por compreender a origem das coisas, residia aí, com efeito, a causa primeira da Reconquista, de que a expansão era o prolongamento natural. Esta visão dos factos históricos, vincadamente ideológica, foi posteriormente retomada por Camões, que n'*Os Lusíadas* (1572) apresenta a expansão portuguesa como uma imensa cruzada, e, desde então, influenciou fortemente a visão tradicional da história nacional.

Por fim, importa notar que, de um modo geral, as crónicas dão escassa atenção a projectos abortados. Ora, tais projectos são frequentemente mais representativos das verdadeiras intenções dos responsáveis de então do que outros bem-sucedidos por razões circunstanciais, ainda que, posteriormente, — porque, sem dúvida, eram conformes às aspirações profundas da sociedade —, tenham vingado e contribuído para o avanço da expansão. Os projectos fracassados e os êxitos fortuitos repõem a dimensão humana dos ideólogos e dos dirigentes de antanho; se os ignorarmos, os seus artesãos parecem transcender a natureza humana e

transformam-se em super-homens dotados de uma visão profética e praticamente infalível do futuro, o que, na realidade, só muito raramente ocorreu.

*

Como nos empenharemos em mostrar, a expansão portuguesa, em particular nas facetas que presentemente nos parecem mais modernas, não resultou de um projecto pré-concebido, mas progrediu sobretudo tacteando os seus caminhos.

Existem, ademais, outros factores que dificultam a sua compreensão. Um deles reside na tendência natural, por vezes reforçada pela ideologia, em considerá-la como um conjunto homogéneo, sem levar em conta a distância abissal que separa o fim da Idade Média — quando ocorrem as primeiras tentativas de expansão em Marrocos, o povoamento dos arquipélagos do Atlântico e o descobrimento do litoral africano — do século XIX, altura em que se consumou a ocupação de territórios africanos como Angola e Moçambique. As condições sociais, as concepções políticas, as instituições jurídicas, as mentalidades, etc., eram então não só assaz diferentes, como de resto o é também a lógica económica subjacente às duas grandes fases em que se divide o processo expansionista europeu.

Como veremos, a primeira fase resulta, em última análise, da revolução urbana e mercantil do Ocidente europeu no século XI e reveste um carácter predominantemente comercial: tratava-se, essencialmente, de trocar produtos específicos entre regiões diferentes, e para tal eram suficientes, em regra, entrepostos litorâneos, o que tornava raras as conquistas territoriais. A cooperação das populações locais era indispensável — ainda que não fossem de excluir certas formas de dominação mais ou menos declaradas —, assumindo, com frequência, as relações entre indígenas e recém-chegados um cunho simbiótico. A primeira fase da expansão portuguesa foi, também ela, essencialmente marítima e comercial.